

**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO****COMARCA DE SÃO CARLOS****FORO DE SÃO CARLOS****1ª VARA CRIMINAL****RUA CONDE DO PINHAL, 2061, São Carlos - SP - CEP 13560-648****Horário de Atendimento ao Público: das 12h30min às 19h00min****SENTENÇA**

Processo Digital nº: **0008685-88.2016.8.26.0566**  
 Classe - Assunto: **Ação Penal - Procedimento Sumaríssimo - Crimes contra a Honra**  
 Autor: **Justiça Pública**  
 Autor do Fato: **JOSE RENATO DE OLIVEIRA ANDRADE**

Juiz(a) de Direito: Dr(a). **Antonio Benedito Morello**

**VISTOS**

**JOSÉ RENATO DE OLIVEIRA ANDRADE** (R. G. 13.867.302), qualificado nos autos, foi denunciado como incurso nas penas do artigo 140, "caput", c. c. o artigo 141, inciso I e III e artigo 71, todos do Código Penal, porque nos dias 14 e 18 de fevereiro, 18 de abril, 11 de maio e 04 de junho de 2016 (por cinco vezes), nesta cidade, ofendeu a dignidade e o decoro de Paulo Roberto Altomani, em razão de suas funções como funcionário público, pois o mesmo é titular do cargo de Prefeito Municipal desta cidade, atribuindo-lhe características negativas concernentes aos seus atributos físicos, morais e intelectuais, mediante o uso da rede social Facebook, conforme exposto em detalhes na denúncia, tendo, nas datas mencionadas e distintas, extrapolado o seu direito fundamental à crítica a titulares de cargos públicos eletivos, passando para ataques pessoais e ofendeu a honra da vítima, mediante o uso de sua conta pessoal (perfil) vinculado à rede social mencionada, facilitando assim a divulgação de suas ofensas.

Feita a citação (fls. 60), na audiência de instrução e julgamento o réu respondeu a acusação e a denúncia foi recebida (fls. 66). Na instrução inquiriu-se a vítima (fls. 68) e o réu foi interrogado (fls. 69/70). Nos debates o Ministério Público opinou pela condenação, nos termos da denúncia (fls. 66) e a Defesa pugnou pela absolvição sustentando, basicamente, a ausência de dolo nas manifestações do réu, que agiu com "animus criticandi" ou mesmo



**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO**

**COMARCA DE SÃO CARLOS**

**FORO DE SÃO CARLOS**

**1ª VARA CRIMINAL**

**RUA CONDE DO PINHAL, 2061, São Carlos - SP - CEP 13560-648**

**Horário de Atendimento ao Público: das 12h30min às 19h00min**

“jocandi” e se houve algum abuso este deve ser enquadrado como ilícito civil e não criminal e que a opinião desfavorável do réu em relação ao ofendido deve ser enquadrada na hipótese prevista no artigo 142, II, do Código Penal (fls. 67).

É o relatório.

**D E C I D O.**

Os autos mostram que o réu publicou em sua conta pessoal (perfil) junto ao Facebook, diversas postagens trazendo fotos com montagens e escritos envolvendo a pessoa do Prefeito Municipal de São Carlos, Paulo Roberto Altomani, entre as quais foram destacadas cinco e incluídas na denúncia como injuriosas ao ofendido.

O réu confirma que fez as postagens, mas afirma que foram críticas à administração do ofendido como prefeito do município e não contra a pessoa dele, tendo agido sem a intenção de ofendê-lo (fls. 70).

É público e notório que o réu, através da rede social, tem feito inúmeras manifestações de cunho político envolvendo a pessoa do ofendido, sempre procurando desmerecer a sua administração e também atingir a pessoa do mesmo, com colocações que ultrapassam o direito da livre manifestação e de emissão de críticas.

No que respeita ao crime de injúria, que a denúncia imputa ao réu, diz a lei: “Injuriar alguém, ofendendo-lhe a dignidade ou o decoro” (artigo 140 do Código Penal).

Não se refere o legislador a um fato propriamente. A injúria pode ser feita por qualquer modo, desde que apta a ofender a dignidade e o decoro.

Ensina e desembargador e doutrinador Guilherme de Souza Nucci, que dignidade é a respeitabilidade ou amor-próprio e o decoro é a correção moral ou a compostura de alguém, completando: “é um



**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO**

**COMARCA DE SÃO CARLOS**

**FORO DE SÃO CARLOS**

**1ª VARA CRIMINAL**

**RUA CONDE DO PINHAL, 2061, São Carlos - SP - CEP 13560-648**

**Horário de Atendimento ao Público: das 12h30min às 19h00min**

insulto que macula a honra subjetiva, arranhando o conceito que a vítima faz de si mesma" (Código Penal Comentado, 16ª edição, ed. Forense, p. 827).

A honra subjetiva constitui no sentimento próprio a respeito dos atributos físicos, morais e intelectuais de cada um, dividindo em honra-dignidade, quando diz respeito aos tributos morais e honra-decoro quando tem em vista os atributos físicos e intelectuais.

No caso dos autos, não é preciso chegar ao terreno do subjetivo para se concluir que nas postagens de fls. 13, 15, 16, 20 e 24 está presente uma injúria.

Nessas montagens é possível extrair, indubitavelmente, o seguinte: fls. 13: sugere que o ofendido seja ladrão diante da manifestação inserida na foto da senhora para cuidar da bolsa que é vista com ela; fls. 15: exhibe foto do ofendido com deformação no crânio e tratando-o como portador de "microcefalia", inferindo padecer de doença mental; fls. 16: imagens de manequins com foto do ofendido em um deles (antes) e mostrando o segundo sem a foto (depois) com a indicação de que o produto mostrado remove "merda", taxando-o como tal; fls. 20: traz a foto do ofendido com o deputado federal Lobbe, simulando conversa entre os dois que indica negociações e fraudes; fls. 24: foto do ofendido com escritos indicando o desejo dele de se apropriar de algum cheque.

Tudo o que foi exposto e publicado na rede social é bastante para ofender a dignidade e também o decoro do ofendido. Não há quem não se envergonhe de ser colocado e mostrado em situações como as que foram mencionadas. São efetivamente ofensas à honra.

Não se pode aceitar, como sustenta a defesa, que tais contumélia não foram além do exercício do direito de crítica às pessoas públicas e de forma humorística, desvinculadas da intenção injuriosa.

É preciso não confundir crítica com ataque, com agressões. A liberdade do direito de crítica termina no ponto em que começa outro direito, ou seja, a honra de outrem.


**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO**
**COMARCA DE SÃO CARLOS**
**FORO DE SÃO CARLOS**
**1ª VARA CRIMINAL**
**RUA CONDE DO PINHAL, 2061, São Carlos - SP - CEP 13560-648**
**Horário de Atendimento ao Público: das 12h30min às 19h00min**

É notória e reconhecida a existência de adversidades políticas entre o réu e o ofendido. Se as manifestações daquele foram ironias, estas são totalmente descabidas da forma como foram realizadas. É preciso dar um basta, principalmente nos meios políticos, aos ataques agressivos, pessoais, que visam simplesmente a desmoralização, a humilhação do adversário. É necessário elevar o nível das discussões e das disputas entre adversários, especialmente quando envolve questões políticas.

É certo que o homem público está sujeito, mais do que o particular, às críticas e à fiscalização dos seus atos, tanto pela população, como pela mídia. Mas isso não autoriza a ofensa pessoal, o xingamento, o achincalhe gratuito e desnecessário. Há limites para tudo, inclusive para a liberdade no uso da rede social.

Nesse sentido decisão do Colendo Supremo Tribunal Federal:

“Crime contra a honra e a vida política. É certo que, ao decidir-se pela militância política, o homem público aceita a inevitável ampliação do que a doutrina italiana costuma chamar a zona di iluminabilitá, resignando-se a uma maior exposição de sua vida e de sua personalidade aos comentários e à valoração do público, em particular dos seus adversários; mas a tolerância com a liberdade da crítica ao homem público há de ser menor, quando, ainda que situado no campo da vida pública do militante político, o libelo do adversário ultrapasse a linha dos juízos desprimorosos para a imputação de fatos mais ou menos concretos, sobretudo se invadem ou tangenciam a esfera da criminalidade: por isso, em tese, pode caracterizar delito contra a honra a assertiva de haver o ofendido, ex-Prefeito, deixado o Município “com dívidas causadas por suas falcaturas” (STF hC nº 78.426-6-SP, 1ª Turma, v. u., j. 16.03.99, rel. Min. Sepúlveda Pertence, DJU, 07.05.99, pág. 4) – grifei -.

A intenção do réu de ofender ressalta das próprias expressões destacadas nas postagens, que foram transcritas na inicial.



**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO**

**COMARCA DE SÃO CARLOS**

**FORO DE SÃO CARLOS**

**1ª VARA CRIMINAL**

**RUA CONDE DO PINHAL, 2061, São Carlos - SP - CEP 13560-648**

**Horário de Atendimento ao Público: das 12h30min às 19h00min**

Não se há interpretá-las como deseja a defesa. Nos crimes contra a honra praticados através da rede social, como ocorreu no caso dos autos, o dolo é presumido, emergindo desde que provadas a materialidade e a autoria, ou seja, à acusação cabe provar a existência de um fato ofensivo à honra alheia e sua realização por parte de ação atribuível ao acusado. À defesa compete demonstrar a ausência da intenção ofender.

Aqui o réu não demonstrou a ausência do elemento subjetivo, mas apenas disse, em seu interrogatório, que não teve a intenção de ofender a pessoa do prefeito. Tal assertiva não é suficiente para excluir a presença do dolo, ainda mais levando-se em consideração que sua conduta foi movida por motivos políticos.

De nada adianta o réu alegar que não agiu com dolo, que não teve o propósito de ofender, pois, como adverte Heleno Fragoso, é meramente relativa (*juris tantum*) a presunção de ausência de dolo emergente da norma (LIÇÕES DE DIREITO PENAL, v. 1º/123, 1958).

Por sua vez o sempre lembrado e festejado Nelson Hungria acrescenta que não é correto, mediante a simples negativa do réu, “afirmar que a índole injuriosa das palavras impeça para todo o sempre aduzir a ausência de propósito criminoso”, concluindo: “A presunção decorrente do caráter lesivo das palavras ou atos não é *juris et de jure*, mas simplesmente *juris*. Quando as palavras ou atos são de si mesmo injuriosos ou difamatórios, não compete ao querelante provar a má intenção ou vontade criminosa do acusado, mas a este incumbe, para acaso ausentar-se de pena, demonstrar a ausência de *pravus animus*” (COMENTÁRIOS AO CÓDIGO PENAL, 1945, v. VI/46).

Tenho, pois, como demonstrado o “*animus injuriandi*”, elemento subjetivo necessário para a configuração dos crimes contra a honra que foram imputados ao réu, que estão plenamente configurados, impondo-se a sua condenação.

Não tem aplicação o disposto no artigo 142, inciso II, do Código Penal, desejado pela defesa, por não se aplicar à hipótese dos autos.



**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO**

**COMARCA DE SÃO CARLOS**

**FORO DE SÃO CARLOS**

**1ª VARA CRIMINAL**

**RUA CONDE DO PINHAL, 2061, São Carlos - SP - CEP 13560-648**

**Horário de Atendimento ao Público: das 12h30min às 19h00min**

Foram diversas postagens injuriosas, que aconteceram em sequência, com similitude de tempo, lugar e maneira de execução, de modo que deve ser reconhecida a figura da continuidade delitiva prevista no artigo 71 do Código Penal.

Pelo exposto e por tudo mais que dos autos consta, JULGO PROCEDENTE A DENÚNCIA para impor pena ao réu. Sendo primário e observando o disposto nos artigos 59 e 60, do Código Penal, entendo que a pena de multa não seria suficiente para a reprovação e prevenção dos crimes cometidos, impondo-se a aplicação de pena restritiva de liberdade, que fica estabelecida no mínimo de um mês de detenção para cada delito. Reconhecida a continuidade delitiva, a pena de um dos crimes será acrescida de metade, aqui considerando que cinco foram os crimes cometidos, totalizando um mês e quinze dias de detenção. Presentes os requisitos do artigo 44 do Código Penal, substituo essa pena por pena de prestação pecuniária consistente no pagamento de um salário mínimo a entidade pública ou privada com destinação social.

Condeno, pois, JOSÉ RENATO DE OLIVEIRA ANDRADE à pena de um (1) mês e quinze (15) dias de detenção, substituída por pena de prestação pecuniária de um salário mínimo em favor de entidade pública ou privada com destinação social, por ter transgredido o artigo 140, "caput", por cinco vezes, c. c. o artigo 71, ambos do Código Penal.

P. R. I. C.

São Carlos, 25 de novembro de 2016.

ANTONIO BENEDITO MORELLO  
JUIZ DE DIREITO

**DOCUMENTO ASSINADO DIGITALMENTE NOS TERMOS DA LEI 11.419/2006,  
CONFORME IMPRESSÃO À MARGEM DIREITA**